

## Prêmio Innovare chega à 18ª edição com inscrições até 30 de abril

Com o tema "Defesa da igualdade e da diversidade", foi lançada em 2 de março a 18ª edição do Prêmio Innovare, que identifica e divulga práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da justiça brasileira.

### Divulgação



Troféu Prêmio Innovare  
Divulgação

A ação, encampada pelo Instituto Innovare, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outras instituições, já deu visibilidade a mais de sete mil boas práticas adotadas por órgãos e profissionais que atuam no Sistema de Justiça. O volume de iniciativas atesta a busca do Judiciário por aprimoramentos e melhor prestação de serviços judiciais.

As inscrições para a edição 2021 poderão ser feitas até 30 de abril. Em seguida, os projetos passam por oito etapas de avaliação até a premiação e a inclusão em um banco de boas práticas.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins, afirmou que a premiação é uma iniciativa consolidada de sucesso no apoio e estímulo à melhora contínua do Judiciário. É, segundo Martins, uma ação que contribuiu, "para que o Brasil se torne uma referência de ordem jurídica, de democracia e de excelência na prestação jurisdicional".

Segundo o diretor presidente do Instituto Innovare, Sérgio Renault, a premiação tem procurado se aperfeiçoar para captar o que de melhor se faz no país para aprimorar o funcionamento do Sistema de Justiça, tornando-o mais ágil e acessível.

"O que funciona é reconhecido, valorizado e replicado. E ao destacar este ano a defesa da igualdade e da diversidade, o Innovare procura replicar iniciativas desses valores fundamentais, a busca da igualdade entre os seres humanos é um dos anseios fundamentais do nosso tempo, irmanada com a liberdade e o espírito fraternal entre os homens."

Além do prêmio de destaque para a prática da Justiça que melhor representar o tema da defesa da igualdade e da diversidade, há a premiação nas categorias juiz, tribunal, Ministério Público, Defensoria



---

Pública, advocacia e justiça e cidadania, com temas livres para a disputa ao troféu. Participam da comissão julgadora ministros do Supremo Tribunal Federal, STJ, Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores, promotores, juízes, defensores, advogados e profissionais de destaque.

Desde 2017, o prêmio vem destacando práticas que abordam temas específicos. O primeiro tema premiado foi o sistema carcerário, com o projeto *Meninas que encantam*. Em 2018, a prática que levou o prêmio destaque foi *Curso de formação de auditores sociais*, com o tema do combate à corrupção. Em 2019, a iniciativa *Ressocialização no sistema prisional* foi o destaque ao abordar os direitos humanos nos presídios.

Em 2020, a premiação de destaque ficou com o projeto *Ceará sem racismo — respeite minha história, respeite minha diversidade*, da Secretaria da Proteção Social, da Mulher e da Cidadania e Direitos Humanos do Ceará, ganhador da categoria Justiça e Cidadania.

Posta em prática pela Coordenadoria Especial de Políticas para a Igualdade Racial da Secretaria de Proteção Social do Ceará, a campanha vencedora abriu um diálogo com a sociedade sobre as consequências do racismo estrutural, incluindo a disponibilização de canais de denúncia. Também foi feita uma campanha sobre necessidade de envolvimento das instituições públicas e privadas, de gestores de políticas públicas e de agentes públicos na busca por visibilidade e respeito às tradições dos afrodescendentes. *Com informações da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça.*

Clique [aqui](#) para mais informações

**Date Created**

10/03/2021